

# O impacto das biotecnologias: Um ponto de vista

Benilton Bezerra Jr.\*

*Nosso destino não está mais escrito nas estrelas:  
ele está escrito em nossos genes.*

James Watson

## O biológico na cultura, e vice-versa

As biotecnologias são o assunto do momento. Em meio aos extraordinários avanços científicos e tecnológicos que vêm mudando drasticamente o mundo em que vivemos, elas se destacam pela profundidade e a contundência de seus efeitos – não só no nível prático de nossas existências, mas, sobretudo, no estremecimento de premissas e fundamentos inerentes ao nosso entendimento do que sejam a vida, a natureza e a condição humana. Conceitos, fronteiras e dicotomias que há até pouco tempo eram bem estabelecidos se tornaram frágeis, se não obsoletos. A dissolução do conceito tradicional de natureza põe em xeque não só os limites entre o natural e o artificial, como também a própria definição do humano e, por consequência, nossas conceituações acerca do sujeito e da vida subjetiva.

Curiosamente, verificamos no cenário social da atualidade um movimento de mão dupla, no centro do qual se encontra a biologia – erguida, no final do século passado, à condição de ciência paradigmática, destronando, no imaginário social, a primazia ocupada pela física desde o aparecimento da teoria da relatividade e da física quântica. De um lado, ela tornou-se a ciência do homem em sua totalidade. Os estudos do cérebro e a nova biologia da mente deixaram de lado os limites do neurológico e do neuroquímico para se transformarem explicitamente em ciências da vida social e da cultura: emoções, crenças religiosas, aprendizagem, compaixão, violência social, decisões econômicas, amor, julgamentos morais e políticos, preferências estéticas e sexuais, motivações inconscientes. Tudo parece encontrar sua chave de elucidação no vocabulário biológico – transformado em vocabulário final, e para ele todos os demais devem ser vertidos. Termos como neuroteologia, neuroeducação, neuroascese, neurofilosofia, neuroeconomia, neuroética, neuropsicanálise, neuropolítica etc. entram rapidamente na linguagem cotidiana, testemunhando a força do paradigma biológico na descrição e na elucidação da dinâmica da vida em sociedade. A criação da chamada sociogenômica (fruto da integração de biolo-

gia molecular, genômica, neurociências, biologia do comportamento e biologia evolutiva para o estudo do comportamento em sociedade) é apenas um dos exemplos que ilustram de maneira clara esse movimento. A nova biologia põe num mesmo plano, e sob seu domínio, o cerebral, o mental e o social.

De outro lado, a cultura tem invadido a ordem biológica, tomando de assalto o que antes parecia estar fora de seu controle. Quando, em 1953, James Watson e Francis Crick descobriram a estrutura do DNA, a ciência da vida comemorou o que foi saudado como a travessia do seu rubicão. Algumas décadas depois, a finalização do Projeto Genoma (cuja direção Watson assumiu em 1989) pareceu escancarar de vez as portas de Roma: o segredo da vida tornou-se conhecido e aberto à intervenção humana. O que era até então sagrado se tornou profano, secular. O que era mistério se transformou em objeto de investigações empíricas, cujos resultados dão origem a biotecnologias que rapidamente são transformadas em bens e serviços veiculados pelo novo mercado da vida. As perspectivas abertas pela biologia molecular e a bioinformática vêm subvertendo completamente as bases nas quais sempre estiveram assentadas nossas concepções acerca da inviolabilidade última da vida e da oposição entre natureza e artificialidade ou cultura.

Com a descoberta das quatro letras do DNA, pareceu a muitos que o sonho de Galileu de descobrir os caracteres em que o livro da natureza estava escrito finalmente chegava a seu clímax. Mas a realidade é ainda mais surpreendente. O universo natural que Galileu queria entender era um universo dado, cujas leis e conteúdo estavam predeterminados pelos desígnios da Criação. A ciência moderna ainda se movia dentro dos limites fornecidos por uma ontologia universal cuja constituição escapava à ação humana. O que as atuais tecnociências da vida propiciam é a dissolução desse quadro. O natural agora se abre definitivamente à ação humana, e já não há mais limites claros para tal interferência. Durante muito tempo convivemos com a idéia de que a natureza era algo independente da ação humana, e a vida, um mistério refratário à objetificação do conhecimento científico. Não há mais lugar para essa idéia, o cenário mudou. A natureza não é mais o ou-

tro da cultura, o limite inultrapassável da ambição prometéica do ser humano. As biotecnociências abriram a caixa-preta da natureza, inscrevendo cada vez mais a cultura no coração da matéria viva e abrindo caminho para o aparecimento de um *homem pós-orgânico* e de uma era da *humanidade pós-biológica*, frutos de uma *evolução artificial* tecnologicamente dirigida (Sibila, 2002). Assim, evidencia-se de forma radical o caráter cultural das significações que sempre atribuímos à natureza. Mais do que nunca, o natural se torna social e político.

Fica claro, portanto, que não é simples a interrogação acerca da influência e dos desafios das biotecnologias na cultura atual. Pois se é verdade que seu desenvolvimento está associado ao crescente uso de explicações fisicalistas para fatos da ordem da cultura e da significação, reduzindo a experiência psíquica e o social a seus elementos fisiológicos, é também inevitável concluir que o avanço das tecnociências aplicadas à vida está, num movimento quase que oposto, retirando o biológico de seu lugar de determinação última, e impondo à vida biológica decisões e desígnios gestados socialmente. A ordem biológica natural vai cedendo lugar ao que já se convencionou chamar de evolução pós-humana, marcando o início de uma sociedade pós-biológica criada pelas forças demiúrgicas e pela vocação ontológica das novas tecnociências.

Por isso talvez seja interessante diferenciar dois aspectos, ou dois vetores, do impacto das biotecnologias. O primeiro diz respeito ao uso dos conhecimentos e técnicas biológicos para fins terapêuticos ou reparadores num sentido amplo: não apenas os novos psicofármacos, mas também coisas como os futuros controles de estados de ânimo por meio de estimulação eletrônica (e não química), implantação de chips úmidos (mistura de circuitos eletrônicos e tecidos vivos) para ampliação da memória ou para a recuperação de outras funções vitais, aplicação de materiais biológicos para o tratamento de doenças degenerativas, como Parkinson, uso de informação genética para prevenir doenças como Coréia de Huntington, e assim por diante. Por mais surpreendentes e polêmicas que sejam, tecnologias deste tipo visam basicamente ao tratamento ou à prevenção de estados vitais indesejados, à recuperação ou à expansão de competências e habilidades corpóreas ou mentais. As questões que suscitam são enormes, no entanto, de modo geral, dizem respeito à regulação, ao controle e à distribuição do seu uso, uma vez estabelecidas a sua eficácia e a segurança de suas aplicações. O primeiro transplante cardíaco, realizado em 1967 por Christian Barnard, causou uma comoção duradoura, mas, embora praticamente inimaginável até então, o transplante representava apenas a conquista de um novo patamar de recuperação da normatividade biológica perdida. Logo interrogações éticas cederam lugar a discussões técnicas, e a perplexidade inicial foi substituída pelos esforços de aprimoramento tecnológico do procedimento e de ampliação do acesso a ele.

Apesar da novidade, o abalo ontológico foi mínimo. As neurociências e suas tecnologias são, no universo *psi*, as maiores representantes dessa vertente.

Outra coisa, porém, acontece com as promessas das novas biotecnociências, em especial a genômica e seu desdobramento, a nascente proteômica. Aqui ocorre um salto que nos coloca num verdadeiro abismo ontológico – e que nos atinge tanto no plano biológico como nos planos psicológico e social, pois o que está em processo de desmontagem são os alicerces de que sempre nos utilizamos como fundamento de nossas práticas humanas. Já não se trata de reformar ou expandir a capacidade de melhorar as nossas condições de vida. Trata-se de uma verdadeira revolução na qual, sem muito alarde, a civilização tecnológica vai se apropriando das condições técnicas capazes de sustentar um projeto efetivo de transcendência em relação aos limites e padrões estabelecidos pela ordem vital. Como toda revolução, esta também acalenta sonhos e pesadelos. Tecnologias da imortalidade, sociedades hierarquizadas por predicados biológicos, produção de filhos por meio de seleção de genes oferecidos no mercado biológico etc. deixaram as páginas da ficção científica para surgir no horizonte de nossas sociedades. Assim, o impacto dessas duas vertentes parece ser diferente no que diz respeito aos desafios e oportunidades que nos apresentam, e talvez estes mereçam ser comentados separadamente. As neurociências já são objeto de discussão inevitável no meio psicanalítico, enquanto o horizonte das tecnologias de programação genéticas parece enganosamente se situar num futuro ainda distante. Engano: é preciso estar atento ao tipo de questão que esse horizonte nos reserva.

## Neurociências e as práticas *psi*

A psiquiatria sempre oscilou entre dois pólos fundamentais, representados, em seu início, pela divisão entre alienistas, como Pinel e Esquirol, que viam na doença mental uma dimensão moral essencial, e organicistas, como Bayle, para quem as alterações psíquicas presentes na loucura expressavam alterações de natureza inequivocamente orgânica. Essa polaridade atravessou os dois séculos de existência da disciplina e se consolidou ao final do século XIX com a invenção da psicanálise por Freud e o aparecimento da psiquiatria moderna pelas mãos de Kraepelin. Até a metade do século XX, a presença da fenomenologia e da psicanálise no universo psiquiátrico estabilizou uma convivência relativamente estável entre os modelos *psicodinâmico* e *organogênico*, que se desdobrava na divisão – então plenamente aceita – entre as chamadas doenças de *função* e as doenças de *lesão*. Em paralelo, a distinção entre, de um lado, a perspectiva *explicativa* e a pesquisa etiológica (voltadas para a objetividade do fato patológico) e, de outro, a abordagem *compreensiva* e a pesquisa clínica (voltadas para a experiência subjetiva do sofrimento) não chegou a ser contestada até meados do século, em parte

\* Psicanalista, psiquiatra e professor do Instituto de Medicina Social da UERJ.

porque, do ponto de vista biológico, o arsenal investigativo estava centrado nos estudos da cognição e em psiquiatria se restringia basicamente aos quadros ligados a inequívocas causas orgânicas (tóxicas, infecciosas, traumáticas, degenerativas etc.) e porque, do lado da psicanálise, a ênfase dada aos aspectos discursivos, interpessoais e intrapsíquicos punha em segundo plano a interrogação sobre o papel da corporeidade na emergência e na fruição da vida psíquica (apesar de a reflexão já existir em autores como Ferenczi, o reconhecimento mais ampliado de sua importância só se daria muito mais tarde).

O quadro começa a se alterar, no entanto, na virada dos anos 50. Pelo menos três fatores podem ser associados a essa mudança, a começar pelo surgimento dos psicofármacos, em 1950, com o uso da clorpromazina, seguido pelos primeiros antidepressivos e pelos benzodiazepínicos nos anos 60 e, na década de 1970, pelos inibidores seletivos de recaptção de serotonina.<sup>1</sup> O aparecimento da indústria farmacêutica desempenhou um papel fundamental: pela primeira vez a psiquiatria passou a dispor de terapêuticas biológicas efetivas, de larga aplicação e eficácia demonstrável, que incidiam não só nas patologias de etiologia somática, como também naquelas cuja base orgânica não era estabelecida, como a depressão, os estados de ansiedade, a fobia etc. Nas décadas subsequentes, a indústria farmacêutica tornou-se um dos atores mais poderosos no campo *psi*, estando fortemente vinculada ao processo de expansão da psiquiatria no universo social, com a medicalização crescente da vida e a psiquiatrização de todas as formas de mal-estar. A influência de suas estratégias mercadológicas sobre a produção do conhecimento, as práticas clínicas, as políticas de assistência, o imaginário cultural mudou completamente o cenário psiquiátrico (Healy, 2002; Rose, 2003; Valenstein, 1998).

Essa influência está presente no segundo fator de transformação do cenário psiquiátrico no pós-guerra, que foi a destruição dos antigos sistemas classificatórios das doenças mentais e a criação – pela Associação Psiquiátrica América – de um sistema de diagnóstico que acabou por varrer a influência da psicanálise e da fenomenologia do vocabulário psiquiátrico oficial. A história da constituição dos DSMs (Manual de Estatística e Diagnóstico, em inglês), do DSM I (1952) ao DSM IV-TR (2000), mostra como, ao longo da década de 1970, com o incentivo da indústria farmacêutica, e sob o impacto de uma forte crítica à psicanálise em solo americano, criam-se as bases para o que viria a ser pouco depois chamado de psiquiatria biológica, uma psiquiatria que se pretende descritiva, científica, empiricamente embasada, tecnologicamente fundamentada, e distanciada das distorções e fantasias atribuídas aos mode-

los centrados na subjetividade e na experiência. Embora oficialmente desvinculado de filiações teóricas, o sistema de diagnóstico implantado a partir do DSM III (1980) consagrou o abandono do modelo psicodinâmico e passou a funcionar como legitimador e difusor do modelo biomédico na psiquiatria.<sup>2</sup>

O terceiro fator a impulsionar o modelo em foco foi certamente a profunda transformação ocorrida no campo das pesquisas sobre as bases biológicas da vida mental. Com o advento das novas tecnologias de visualização e estudo do cérebro, a biologia incorporou novos objetos de investigação, antes referidos à psicologia e outras disciplinas humanas, como o funcionamento da memória e da percepção, o processamento de afetos e emoções, os mecanismos de influência das relações interpessoais no surgimento do *self* etc. O acúmulo de descobertas acerca do funcionamento cerebral, sobretudo a partir dos anos 1990, reacendeu as teorias de localização cerebral das propriedades mentais, que haviam caído em desuso desde o descrédito que sepultou o movimento frenológico no século XIX. Uma nova frenologia, agora científica, passou a reivindicar seu espaço (Uttal, 2001). A comprovação laboratorial da plasticidade cerebral e da importância da experiência e dos fatores ambientais na constituição de redes e conexões sinápticas não foi suficiente para nuançar e corrigir a convicção crescente de que a vida mental nada mais é que a expressão do funcionamento cerebral. Em grande parte esse processo vem sendo alimentado pelo extraordinário poder de persuasão e fascínio das imagens coloridas e em movimento do funcionamento cerebral (Dumit, 2004; Ortega, 2006).

O avanço das concepções biológicas da mente encontrou, além do mais, um terreno particularmente fértil: uma atmosfera social marcada pelo prestígio incontestado do discurso científico ante os demais campos discursivos; pelo aparecimento de uma cultura somática em que o corpo ocupa lugar central em detrimento da interioridade psicológica; por um individualismo calcado no consumo e na gestão meticulosa do desempenho pessoal; pelo enfraquecimento da política e da ação crítica; pelo aparecimento de uma atmosfera social de incitação ao bem-estar e de intolerância ao sofrimento; pela emergência de um regime de construção identitária fundada em predicados e em funções biológicas (biosociabilidade) e, finalmente, pela revolução no campo das informações, que possibilitou um intenso processo de popularização pela mídia de imagens e informações oriundas das descobertas neurocientíficas associando a atividade cerebral a praticamente todos os aspectos da vida, e tendendo a transformar qualquer *correla-*

*to neural em causa* ou *natureza* real de eventos subjetivos (Costa, 2004; Rabinow, 2002).

Neste quadro, como afirma Ehrenberg (2004), o impacto das neurociências se dá em diferentes planos que se articulam: no plano *teórico*, o fortalecimento de concepções fisicalistas de intenso colorido reducionista que fazem do cérebro a base explicativa para a experiência subjetiva; no plano *clínico*, a aproximação da psiquiatria e da psicopatologia ao campo da neurologia, com o surgimento de uma perspectiva na qual as duas se fundiriam numa só disciplina; e no plano *social*, a emergência desta nova figura antropológica, o sujeito cerebral – ou seja, a crescente percepção do cérebro como detentor de propriedades e funções antes atribuídas à pessoa, ao indivíduo ou ao sujeito.

Essas mudanças atingem não apenas as teorias e representações acerca da vida psíquica ou mental; elas também afetam a própria experiência de identidade pessoal e as vivências de sofrimento subjetivo, que se tornam crescentemente descritas e organizadas em torno de referentes biológicos, neurais e neuroquímicos. A ordenação do sofrimento psíquico segundo a fórmula *conflito interior – enigma – interpretação*, que subjazia às demandas terapêuticas tradicionais, vem sendo substituída por outra, alicerçada na fórmula *insuficiência – disfunção – correção*. O sucesso e a força da figura do sujeito cerebral provocaram, na imaginação teórica e no imaginário social, um questionamento acerca dos limites (quando não da obsolescência) dos conceitos e práticas centrados no paradigma do sujeito como ser psicossomático de linguagem, entre os quais a psicanálise (Bezerra Jr., 2002).

Um dos efeitos da articulação desses vários fenômenos sobre o campo *psi* foi o surgimento, na virada do século, da chamada neuropsicanálise, que, na esteira das novas descobertas neurobiológicas, pretende reorganizar as relações entre a biologia da mente e a psicanálise. Sinteticamente ela pode ser descrita como uma disciplina que visa à integração dos postulados psicanalíticos e das descrições neurocientíficas do funcionamento cerebral. Em outras palavras, a pesquisa neuropsicanalítica pretende estabelecer correlações diretas entre mudanças de estados mentais e alterações ou lesões neurológicas focais. Com isso, pretende oferecer à psicanálise a cientificidade, a base empírica e a eficácia terapêutica que seus críticos sempre a acusam de não possuir.

A revista *Neuro-psychoanalysis* foi criada em 1999, com o intuito declarado de favorecer o diálogo entre as disciplinas e a integração da psicanálise com as neurociências. Com um corpo editorial que inclui neurocientistas como Eric Kandel, Antônio Damásio e Oliver Sacks, e psicanalistas como Chalés Brenner, André Green, Otto Kernberg e

Daniel Widlöcher, a revista tem sido a ponta de lança do movimento, que tem Mark Solms (Kaplan-Solms & Solms, 2004) entre suas figuras de proa.

Há, de certa forma, duas vertentes neste projeto. De um lado estão as pesquisas neurobiológicas sobre processos de formação, armazenamento e uso das memórias implícita e declarativa, ou o estudo dos mecanismos de constituição dos sonhos, que elucidam aspectos cruciais desses fenômenos e cujos resultados não desafiam os postulados psicanalíticos (porque não pretendem substituí-los). Essa é a parte do *diálogo entre as disciplinas*. Mas há outro lado, o que diz respeito à *integração* entre elas, no qual a figura do diálogo é não raro substituída pela da unificação e da fusão. Uma expressão desta perspectiva se encontra no esforço de tradução de fenômenos psíquicos inconscientes em termos cerebrais. Já aparecem recorrentemente artigos psicanalíticos nessa direção, nos quais, por exemplo, mecanismos de defesa são descritos em termos de comunicação inter-hemisférica, o recalque sendo apresentado como bloqueio na comunicação da esquerda para a direita e a denegação como bloqueio da direita para a esquerda (Vuckovitch, 2003). O que está em jogo nesta vertente é a expectativa de que se chegue, em algum momento, a uma teoria capaz de, com um só vocabulário, dar conta ao mesmo tempo dos aspectos físicos e psíquicos da vida mental, ou seja, uma abordagem da experiência subjetiva que promova uma fusão entre o plano das explicações causais e o plano das significações, diluindo a diferenciação entre o plano dos fatos biológicos e o plano das interpretações linguísticas.

O universo psicanalítico tem se posicionado de maneira diversa perante a proposta da neuropsicanálise. É possível perceber a existência de ao menos três posições no quadro atual. A primeira – representada majoritariamente, mas não só, por analistas ligados à IPA – aposta suas fichas nesta empreitada, contando com uma aproximação com o campo da pesquisa neurobiológica e da psiquiatria biologicamente orientada como estratégia para renovar seu arsenal teórico e clínico e para refutar as insistentes críticas quanto à falta de base empírica e de cientificidade das idéias freudianas.<sup>3</sup> De modo geral, essa atitude acarreta o compromisso com questões laterais importantes, como a regulamentação e o controle do exercício da psicanálise e da formação dos psicanalistas.

A segunda posição, mais tipicamente presente no campo lacaniano, é refratária à empreitada, e recusa de modo aberto o que considera ser uma diluição da herança psicanalítica e uma submissão epistemológica e ética aos ditames da cultura cientificista e biotecnológica atual. Para estes, o enfrentamento das críticas à psicanálise deveria ser feito pela reafirmação de sua singularidade discursiva e

1 Os barbitúricos já existiam antes da guerra, mas seu uso era restrito e complicado, pois provocava tolerância e adição e, em doses altas, podia ser letal (Rose, 2005).

2 Paralelamente, a quantidade de categorias diagnósticas sofre um salto significativo. De 180 no DSM II, de 1968, para 265 no DSM III, de 1980. Na versão IV, de 1994, são 297.

3 O International Journal of Psychoanalysis tem regularmente publicado artigos que discutem a integração entre psicanálise e neurociências. Como exemplo: Mancia, M. (2006). Implicit memory and early unrepresed unconscious: Their role in the therapeutic process (How the neurosciences can contribute to psychoanalysis. *International Journal of Psychoanalysis*, 87(1), 83-103.

prática e pela renovação criativa de seus próprios vocabulários e dispositivos clínicos. A defesa dessa singularidade está afinada com a resistência às tentativas de formatação legal da formação analítica e à transformação da psicanálise em atividade regulada por conselhos oficiais.<sup>4</sup>

Não é incomum encontrar neste espectro uma polarização entre extremos: de um lado a expectativa de encontrar fundamentos biológicos para proposições psicanalíticas, de outro a recusa da importância das dimensões biológicas da vida psíquica. Entre um extremo e outro, boa parte da comunidade psicanalítica se move num campo intermediário que procura elaborar as questões suscitadas pelo novo quadro a partir de algumas premissas: a aceitação do *naturalismo* (posição teórica que implica a crítica da dicotomia ontológica entre soma e psique) e a recusa do *fisicalismo* (eliminação de descrições psicológicas em favor de descrições materiais); a adoção de uma posição *anti-reducionista* (abandono da expectativa de tradução exaustiva da experiência subjetiva em termos biológicos, ou vice-versa); a defesa do *pluralismo teórico* no lugar da busca por uma teoria unificada da mente; o reconhecimento e a exploração do papel da *corporeidade* na vida psíquica (não só da imagem ou das representações inconscientes do corpo – o plano das significações psíquicas –, mas também da intencionalidade corporal e dos conflitos neste terreno engendrados pelas exigências da cultura somática atual).

Podemos dizer, portanto, que o impacto da biologia e das biotecnologias por meio das neurociências, embora afete de várias maneiras o campo psicanalítico, não chega a abalar suas bases teóricas e seus dispositivos clínicos; na verdade ele precipitou um reordenamento no campo que tem fertilizado embates teóricos e discussões clínicas que acabaram por enriquecê-lo. De certa forma, o debate ainda gira em torno de referentes familiares, como as relações entre o mental e o físico, entre a dimensão biológica e o plano das significações culturais na experiência subjetiva, e assim por diante. Mas o que se pode dizer quanto à versão mais profunda desse impacto – os novos horizontes possibilitados pela genômica, em que são postas em questão oposições tão fundamentais como as que distinguem natureza e cultura, norma biológica e norma cultural?

#### A genômica e a condição humana

O cenário é vertiginoso. O que está em gestação não é a simples multiplicação de técnicas capazes de ampliar ou enriquecer nossas propriedades naturais, mas a transformação radical de nossa própria natureza, cujos alicerces passam a ser diretamente manejáveis pela ação da cultura.

O projeto ontológico de aperfeiçoamento da espécie, que durante milênios foi pensado em termos religiosos, ideológicos e políticos, ganhou uma nova caixa de ferramentas com o advento das biotecnologias genéticas. O imaginário social ainda registra fortes associações entre ideais eugênicos e as políticas de controle estatal das populações do século XIX ou o pesadelo nazista. O que está em curso, porém, é algo completamente diferente. A manipulação dos genes está vindo não sob a forma de ameaça de manipulação estatal de seres humanos, mas como oferecimento de bens e serviços ao alcance dos consumidores. A engenharia genética não será imposta às populações, e sim reivindicada como direito democrático de acesso a técnicas capazes de reduzir doenças, imperfeições e características indesejáveis. Será por meio do *mercado*, e não de aparelhos estatais totalitários, que a engenharia genética tranquilamente ingressará na vida social. Seus agentes serão as pessoas comuns, preocupadas apenas em garantir um futuro melhor para si e para seus filhos, com os recursos que estiverem à mão (Fukuyama, 2002).<sup>5</sup> A polêmica e o desconforto produzidos pelas reflexões de Peter Sloterdijk (2000) quanto à inevitabilidade desse processo tiveram o mérito de começar a colocar o assunto em pauta. Já não se trata de perguntar *se* o aperfeiçoamento biológico de humanos será realizado, mas efetivamente questionar *como* será feito, em que direção e obedecendo a que critérios e limites éticos. É preciso levar a sério as consequências da revolução em curso e reconhecer que, de algum modo, ela apenas leva adiante o projeto de superação pelo ser humano de sua incompletude estrutural e dos limites naturais de sua condição. Há potencialmente, por assim dizer, uma dimensão libertária ou emancipatória na aplicação das biotecnologias de cunho genético (Pondé, 2000). Há também, é evidente, desdobramentos assustadores a serem temidos, contudo é preciso contornar as descrições apocalípticas que só nos deixam atados para agir. O Armagedom ainda está longe. A chave da questão está na reflexão ética e política que acompanhará (ou não) a sua aplicação. A ciência nos diz muito sobre a realidade, entretanto não nos ensina a lidar com ela. Sem esse debate, seremos simplesmente guiados pelas forças cegas do mercado e pelo discurso competente e apolítico dos técnicos e especialistas.

O alerta de Sloterdijk é o de que a atitude de alheamento, ou a recusa em princípio de discutir o tema, só nos leva a uma de duas posições: à ingenuidade – que nos impedirá de termos algum papel ativo na construção do novo cenário –, ou à hipocrisia – que nos fará exhibir em público uma indignação politicamente correta contra os atentados à “natureza humana”, enquanto na vida privada

nos liberará para o uso silencioso das novas técnicas. Contra a alienação e o cinismo, o remédio é o reconhecimento desassombrado daquilo que estamos testemunhando e a transformação da perplexidade em reflexão compartilhada. A única forma de obter algum tipo de controle sobre o uso das técnicas eugênicas é discutir abertamente o seu alcance e suas consequências, procurar estabelecer regras de circulação comercial, normas de regulação ética e jurídica, e assim por diante. Só a ampliação sistemática do debate político em larga escala sobre o tema poderá oferecer contenção normativa ao poder errático do mercado, reduzindo a possibilidade de que, por exemplo, em universos sociais como o nosso, as biotecnologias se tornem um terrível agravador do quadro de desigualdade e exclusão, ou que, no nível planetário, se cristalizem formas de hierarquia social fundadas em castas biológicas.

Há imensas questões em aberto e a configuração dos problemas éticos, jurídicos, sociais e subjetivos com os quais teremos que lidar ainda desafia a imaginação. Como legislar sobre e regular o uso dos direitos de propriedade sobre organismos e tecidos vivos (o debate já começou há trinta anos, com o patenteamento de formas de vida laboratorialmente criadas)? Que impactos terá sobre a experiência da identidade subjetiva e sobre os laços sociais a presença da configuração genética como um índice de individualização? Que critérios nortearão a designação e a experiência de filiação, quando os processos de reprodução biológica incluírem, além do patrimônio genético de um casal parental, o material impessoal legitimamente oferecido no mercado genético? Quando a realidade empírica do corpo biológico se tornar extensamente moldável pelas técnicas de reprogramação, que tipo de ordenação se constituirá nas relações entre psique e soma? Que processos de subjetivação e formas de mal-estar corresponderão a esta realidade cultural?<sup>6</sup>

Ainda estamos longe de responder a este tipo de pergunta, o que só acentua a necessidade de iniciar a discussão, pois o risco é o de que, como sempre tende a ocorrer, considerações éticas e políticas sejam rapidamente atropeladas em nome da simples inovação tecnológica e dos sagrados direitos do consumidor. Neste sentido, embora sejam enormes as diferenças de impacto entre as biotecnologias presentes no cenário neurocientífico atual e aquelas que se anunciam na sociedade pós-biológica da genômica, há um centro de gravidade em torno do qual a reflexão crítica deve se concentrar, e ele diz respeito ao núcleo epistêmico e ético da psicanálise: a noção de sujeito normativo, cuja ausência de “natureza” essencial desvela o caráter de um ser aberto à história e à transformação. O abalo dos referenciais

naturais e morais, tradicionalmente utilizados na prática humana, não elimina a discussão sobre o horizonte normativo no qual desejamos viver. Ao contrário, a convoca de maneira premente. Se nosso destino não parece mais escrito nas estrelas, não é porque passamos a vê-lo escrito noutra lugar, nos genes. Watson estava errado. A construção do destino humano continua sendo uma obra inacabada de sujeitos como Adão – incompletos, mas à altura do desafio.

#### Referências

- Andreasen, N. (2005). *Admirável cérebro novo: Vencendo a doença mental na era do genoma*. Porto Alegre: ArtMed.
- Bezerra Jr., B. (2002). O ocaso da interioridade e suas repercussões sobre a clínica. In B. Bezerra Jr. & C. A. Plastino (Orgs.). *Transgressões* (pp. 229-239). Rio de Janeiro: Contracapa.
- Costa, J. F. (2004). *O vestígio e a aura*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- Dumit, J. (2004). *Picturing personhood: Brain scans and biomedical identity*. Princeton; Oxford: Princeton University Press.
- Ehrenberg, A. (2004). Le sujet cerebral. *Esprit*, 209, 130-155.
- Fukuyama, F. (2002). *Our posthuman future: Consequences of the biotechnology revolution*. New York: Farrar, Strauss and Giroux.
- Healy, D. (2002). *The creation of psychopharmacology*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Kaplan-Solms, K. & Solms, M. (2004). *O que é a neuropsicanálise: A real e difícil articulação entre a neurociência e a psicanálise*. São Paulo: Terceira Margem.
- Ortega, F. (2006). O corpo transparente: Visualização médica e cultura popular no século XX. *História, ciências, saúde-Manguinhos*, 13, 89-108.
- Pondé, L. F. (2000). Cultura genética: Vertigem ontológica e dissolução do conceito de “natureza”. *São Paulo em perspectiva*, 14(3), 68-77.
- Rabinow, P. (2002). Artificialidade e iluminismo. In P. Rabinow, *Antropologia da razão: Ensaios de Paul Rabinow* (pp. 135-157). Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Rose, N. (2003). Neurochemical selves. *Society*, 41(1), 46-59.
- Rose, S. (2005). *The future of the brain: The promise and perils of tomorrow's neuroscience*. New York: Oxford University Press.
- Sibilia, P. (2002). *O homem pós-orgânico: corpo, subjetividade e tecnologias digitais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Sloterdijk, P. (2000). *Regras para o parque humano*. São Paulo: Estação Liberdade.
- Uttal, W. R. (2001). *The new phrenology: The limits of localizing cognitive processes in the brain*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Valenstein, E. S. (1998). *Blaming the brain: The truth about drugs and mental health*. New York: Free Press, 1998.
- Vuckovitch, D. M. (2003). Psychoanalysis and the two cerebral hemispheres. In Levin, F. M. *Mapping the mind: The intersection of psychoanalysis and neuroscience* (pp. 17-42). London: Karnac.

4 Como exemplo, ver Laurent, Eric. Notre politique pour la psychanalyse et celle de l'IPA: trois exemples, e Forbes, J. Complexo de Cinderela, disponíveis em [www.jorgeforbes.com.br](http://www.jorgeforbes.com.br). Acesso em 10 de outubro de 2006.

5 No livro em questão, Fukuyama revê sua tese sobre o “fim da história”, apresentada em 1989, que ele passa a considerar “fundamentalmente errada” porque se baseava num pressuposto ultrapassado: o da existência de uma natureza humana fixa e imutável, que serviria de limite para as possibilidades das sociedades históricas.

6 Para ter uma idéia do tipo de cenário aguardado com otimismo por alguns, veja-se esta passagem: “Um dia, as pessoas poderão levar suas identificações genéticas quando consultarem um psiquiatra e usarem-nas para ajudar na seleção do tratamento, com base em seu padrão específico de alelos” (Andreasen, 2005, p. 250).

## Resumo

O artigo discute o impacto das biotecnologias na cultura atual a partir de três eixos de análise: as profundas mudanças na relação entre biologia e cultura no cenário contemporâneo; as relações entre os modelos biológico e psicodinâmico no universo *psi* nos últimos cinquenta anos; e a revolução ontológica anunciada pelas biotecnologias de intervenção genética.

## Palavras-chave

Biotecnologias. Engenharia genética. Indústria farmacêutica e psiquiatria. Neurociências e psicanálise. Neuropsicanálise.

## Summary

On the impact of biotechnology: A point of view

In this paper the impact of biotechnology in our present culture is discussed from three different perspectives: the deep changes occurring in the way biology and culture are being related in the last decades; the dispute over psychopathology between biological and psychodynamic models in the last 50 years; and the ontological revolution brought to light by genetic engineering biotechnology.

## Key-words

Biotechnologies. Genetic engineering. Pharmaceutical industry and psychiatry. Neurosciences and psychoanalysis. Neuropsychoanalysis.

# O rapto das metáforas

Plinio Montagna\*

Uma das coisas que me sempre me encantaram no estudo dos fenômenos psicossomáticos foi o desafio representado pela intangível continuidade entre mente e corpo. Sua unidade, indissociável, requer aproximação por vias complementares e leva a psicanálise a tatear suas bordas. Aliás, do ponto de vista psicanalítico, me cativaram desde o início os fenômenos que vão além da neurose clássica – e suas diversas possibilidades. Por que vias a angústia deriva para o fenômeno psicótico ou para o psicossomático? É palpável a alternância psicossomática, vislumbrada por Freud? Se alguns aspectos fenomenológicos, com implicações metapsicológicas, são similares entre os fenômenos psicossomáticos e os *borderline* (a não-representabilidade, por exemplo), como traduzir por outro lado as semiologias tão escancaradamente diversas entre eles? Estas são indagações que surgem ao cuidarmos de pessoas propensas a somatizações, bem como daquelas com características limítrofes.

A perspectiva de integração entre esses mundos, metodologicamente apartados, corpo e mente, mas que no mundo real só se apartam mesmo na doença, como dizia Winnicott, soa como um maravilhoso desafio que representa, na terapêutica, o ponto de chegada de múltiplas possibilidades psicanalíticas. A mim me parece que quando a psicanálise toca um ponto sensível na esfera do somático, ou da mente localizada no soma, é como se ela se superasse, se suplantasse a si mesma, num momento de êxito. O mesmo vale para qualquer esfera além da representação, na medida em que, a partir daí, há que se postar além da chamada análise clássica, do mundo neurótico. Nesse além se encontra a área do irrepresentável, do inconsciente vivido não pensado, da representação da coisa etc. É esse o campo de discussão, por excelência, da psicanálise contemporânea e seu escopo e maior desafio. É nesse sentido que o campo dos fenômenos da interface psique-soma e seu estudo podem adquirir hoje aspectos paradigmáticos dentro da discussão mais ampla de nossa disciplina.

Pertenço ao grupo de psicanalistas que pensa a psicanálise como indissociável de seu compromisso terapêutico – sem desconsiderar, de maneira alguma, a complexidade da experiência psicanalítica em sua tarefa de engendrar autoconhecimento. Ambos estão inextricavel-

mente vinculados entre si (Montagna, 1996). A experiência emocional no presente da sessão me parece, como a muitos, seu elemento *princeps*. Prefiro, por razões que aqui não cabe discutir, chamá-la de vivência emocional – elemento transformador por excelência, das relações no mundo interior e deste com o exterior.

Os fenômenos psicossomáticos são quase demonstrativos por si só da necessidade fundamental do vértice terapêutico na psicanálise. Lidar com pacientes com questões dessa natureza, na prática, não permite hesitação a esse respeito, ao menos do ângulo da teleologia. Por quê? Porque não resta dúvida de que esses fenômenos, assim como as doenças de modo geral, se referem a alterações regulatórias do organismo, palpáveis e sensíveis, como já bem havia descrito Cannon (1939).<sup>1</sup> Esse monumental fisiologista dedicou sua vida a compreender os fenômenos de auto-regulação do organismo, seu equilíbrio e desequilíbrio. Sua influência na medicina foi enorme. Por outro lado, uma das coisas que se aprendem com os pacientes é que nos convém, e sobretudo convém ao desenvolvimento da ajuda ao paciente, nos atermos estritamente ao vértice psicanalítico e àquilo que a ele diz respeito.

Quando leio, de Grotstein,<sup>2</sup> que “toda a psicopatologia tem fundamento em perturbações do vínculo e se manifesta por alterações de auto e heterorregulação”, reforço minha convicção da unidade mente-corpo e da importância de não subestimarmos, jamais, em nossa prática, questões relacionadas à homeostase do organismo, seja no âmbito psíquico, seja no físico. Configurada a partir da intersubjetividade, a fronteira identitária básica está no corpo. Além dele, situa-se a dissolução dessa.

\*\*\*

Freqüentemente entusiasmo a todos nós, psicanalistas, buscar, na clínica, um código que permita a aproximação entre situações aparentemente sem conexão. Esse nosso fazer básico se refere também às situações, diametralmente opostas embora, da mesma forma instigantes, que são os estados corporais comunicados através de uma expressão mental, metafórica, ou, ao contrário, estados mentais trazidos a partir de suas manifestações sígnicas corporais. Quanto a estas, nós podemos chamá-las de

---

Benilton Bezerra Jr.  
Rua Conde de Irajá, 97, apto. 402 – Humaitá  
22271-020 – Rio de Janeiro – RJ  
benilton@superig.com.br

\* Psicanalista pela Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo e atual diretor científico da instituição.

<sup>1</sup> Citado por Lipp, M. (1996). *Pesquisas sobre stress no Brasil* (p. 18). Campinas: Papyrus.

<sup>2</sup> Citado por Mota Cardoso, R. (2001). Auto-regulação dos sistemas naturais. *Revista Portuguesa de Psicossomática*, 3(2), p. 39-96.